

PROJETO TEKATOR: resultados parciais do projeto de extensão com arte indígena

Janaina Feitosa de Souza¹, José James Torres da Silva², Paulo Hernandes Gonçalves da Silva³

¹ Acadêmica do curso de Licenciatura em Computação – Campus Colinas (IFTO); e-mail: janainasouz97@gmail.com

² Técnico em Assuntos Educacionais do Campus Colinas do IFTO; e-mail: josé.torres@ifto.edu.br

³ Doutorando do Programa de Letras e Literatura – Universidade Federal do Tocantins – Campus Araguaína – Professor do Campus Colinas do IFTO; e-mail: paulohg@ifto.edu.br

Resumo: Este trabalho descreve as ações da proposta “Projeto Tekator de Arte Indígena” desenvolvido no Campus Colinas do Tocantins do IFTO, que visa o conhecimento e a valorização da arte do povo Apinayé. A sua proposição se justificou pelo fato da lei 11.645/2008 ter acrescentado a obrigatoriedade do ensino da cultura e história indígena à lei 10.639/2003 nas escolas brasileiras. Trata-se de resultados preliminares, em que foram realizadas reuniões e discussões acerca da temática da arte apinayé, bem como o aprofundamento da sua cultura e identidade. Dentre os resultados parciais, tem-se a compreensão que esses povos fazem parte da identidade dos arranjos produtivos culturais tocantinenses, e por isso, precisam ser conhecidos pelos não-indígenas.

Palavras-chave: apinayé, arte indígena, resultado parcial

1 INTRODUÇÃO

A apresentação de resultados parciais sobre o projeto Tekator se justifica pela importância do ensino da cultura e história indígena nas escolas brasileiras, pois trata-se de um respeito para com esse povo tradicional, que muito tem a ensino, pelos costumes e modo de vida. Logo, a arte e a cultura, bem como outras questões indígenas serão abordadas para os estudantes e comunidade em geral (PAIVA, 2016).

É fundamental reconhecer a importância dos indígenas para a construção da identidade brasileira. Apesar de serem hoje poucos no país, os indígenas influenciaram e influenciam muito a cultura dos não-indígenas, pois a herança das culturas desses povos é presente em nosso dia-a-dia com a sua arte, seu artesanato, seus utensílios, seus hábitos, costumes, crenças, vocabulário, técnicas, alimentação, festividades, dentre outros (ORTIZ PREUSS e ALVARES, 2014).

Nesta mesma perspectiva, estes resultados parciais possuem a relevância, porque apresenta para a comunidade interna e externa do campus, a vivência no entorno da Escola Estadual Tekator, que remete à cultura e identidade Apinayé. Por isso, Paiva (2016) afirma que urge compreender que a identidade nacional foi construída a partir do indígena e depois a partir de cada um de nós, unindo a ingestão e a digestão das diferentes culturas que contribuíram e ainda contribuem para sermos quem somos.

Note-se que os projetos de extensão são fundamentais para a democratização do acesso aos diversos conhecimentos, assim como para o redimensionamento da função social do próprio ambiente universitário, pois pela relação próxima com a comunidade o estudante aprende e ensina (MACIEL, 2016).

2 OBJETIVOS

De forma geral, objetiva-se proporcionar aos estudantes do Campus Colinas e comunidade em geral a oportunidade de conhecer a cultura e arte dos povos Apinayé, por meio de uma exposição fotográfica. É necessário conhecer para valorizar.

Logo, tem-se os objetivos específicos deste trabalho, com resultados preliminares:

- a) Apresentar os dados das reuniões e discussões sobre fotografia e cultura Apinayé;
- b) Demonstrar a forma de vida no âmbito da Escola Estadual Tekator, por meio de fotografias disponibilizadas pela direção da Escola;

- c) Divulgar a importância do projeto de extensão para os estudantes universitários.

3 JUSTIFICATIVA

Preliminarmente, o projeto Tekator se justificou pelas Leis 11.645/2008 e 10.639/2003, bem como a implantação dessas legislações nas escolas brasileiras. Logo, a arte e a cultura, bem como outras questões indígenas terão proposições para serem abordadas para os estudantes e comunidade em geral, e neste momento, direcionada exclusivamente aos próprios extensionistas.

Todo grupo social humano constitui-se de um universo completo de conhecimentos integrados, com fortes ligações com o meio em que vive e se desenvolve. Por isso, ao entender a cultura como o conjunto de respostas que uma determinada sociedade humana dá às experiências por ela vividas e aos desafios que encontra ao longo do tempo, percebe-se que as culturas são dinâmicas (HALL, 2000). Portanto, conhecer a cultura e arte do povo Apinayé e compartilhá-las é a principal justificativa deste projeto de extensão.

O projeto, aos moldes do que iniciou em seus propósitos, permitirá o atendimento à legislação vigente quanto aos povos indígenas, cuja cultura e arte precisam ser reconhecidas e preservadas como patrimônio brasileiro, até porque os indígenas brasileiros precisam manter sua identidade étnico-cultural mesmo sofrendo os impactos da globalização e da tecnologia (FERREIRA, 2014).

4 METODOLOGIA DE TRABALHO

A extensão universitária, segundo Nunes e Silva (2011), funciona como uma via de duas mãos em que a universidade leva conhecimento e/ou assistência à comunidade e recebe dela influxos positivos em forma de retroalimentação, tais como suas reais necessidades, anseios e aspirações. Além disso a universidade aprende com o saber dessa comunidade.

Desta forma, os acadêmicos estão tendo oportunidade de compreender a concepção da extensão. Para a consecução dos objetivos deste projeto, os extensionistas estiveram reunidos por vários períodos de discussão e pesquisa individual, no período compreendido entre 05 de julho e 30 de setembro de 2019, no campus Colinas do Tocantins.

4.1 Discussão sobre a cultura Apinayé

Esclareça-se que o contato do povo indígena Apinayé com os não-indígenas tem os primeiros relatos escritos desde o século XVII, sempre com relação ao trabalho realizado pela igreja católica, o que fica evidenciado para Nimuendajú (1983, p. 1) que “os primeiros civilizados a alcançar essas alturas foram os jesuítas Pe. Antônio Vieira, Francisco Veloso, Antônio Riveiro e Manoel Nunes, que, entre os anos de 1633 e 1658 empreenderam quatro entradas, Tocantins acima, a fim de descerem índios para as aldeias do Pará”.

À medida que os percursos pelos rios Araguaia e Tocantins foram sendo realizados, os contatos com os grupos indígenas que iam se firmando e tornando, portanto, mais exatas as referências ao povo Apinayé. Os dois rios, por conseguinte, foram muito importantes para o processo, pois tiveram várias expedições coloniais, que percorreram suas águas, tanto de deslocamentos oriundos do sul do Brasil, quanto de pessoas com origem no Maranhão e Pará, cujo objetivo principal era a demarcação e a busca pela garantia da posse dessas terras (DA MATA, 1976).

A figura 1, que segue demonstra a equipe de extensionistas em discussão na problemática e conhecimento do povo Apinayé:

Figura 1 – Equipe de extensionistas do projeto Tekator



Fonte: Os autores (2019)

A discussão constante da figura 1, diz respeito ao conhecimento e origem do povo, e desta forma, evidencia-se que o Apinayé é pertencente ao Tronco Macro-Jê e à Família Linguística Jê. Esta etnia habita o Estado do Tocantins, no entorno do município de Tocantinópolis, possuindo 1 população de 2.498 habitantes (DSEI, 2016), distribuídos por 24 aldeias, distante 550 km da capital Palmas/TO.

Por conseguinte, discutiu-se ainda que no tocante à questão a sociolinguística, esclareça-se que o povo Apinayé é bilíngue e mantém com vitalidade seus hábitos e costumes tradicionais, apesar de sofrerem a imposição cada vez mais acirrada causada pelo contato direto com os não-indígenas, e desta forma, observa-se a importância do conhecimento de sua organização social (as aldeias) para a manutenção da língua materna (ALBUQUERQUE, 2017).

4.2 A Escola Estadual Tekator e a aldeia Mariazinha

O trabalho inicial se deu com o conhecimento da localidade onde está a Escola Estadual Tekator. Trata-se da aldeia Mariazinha Fundada em 1980, por Alexandre Apinayé, localiza-se na TO 126 que liga Itaguatins a Tocantinópolis, próxima ao Rio Tocantins. É formada por dezenas de casas, em forma retangular, e não possui pátio. Possui apenas uma casa denominada Redondo, local onde são feitas as reuniões da comunidade. Conta com uma população aproximada de mais 120 índios, conforme cita Albuquerque (2017).

As pesquisas junto à Albuquerque (2008), levaram à compreensão de uma aldeia peculiar desse povo, em que as casas, quintais, árvores e demais elementos são estruturados em formato circular, em torno de um grande pátio, que se configura como um espaço de decisões das lideranças, bem como de festividades. Os apinayé possuem o hábito de edificar suas aldeias em campos abertos, e na maioria das vezes, adjuntas aos rios, córregos ou nascentes. No que diz respeito à construção de cada casa, detectou-se que são feitas de barro batido ou de palha, com a cumeeira coberta de palhas de palmeiras da região. Com frequência, verifica-se casas com paredes internas dimensionadas com esteiras (tapumes) de palha de babaçu.

Neste contexto torna-se relevante, vislumbrar a aldeia Mariazinha e sua Escola Estadual Tekator, devidamente registrado na figura 1, recebida pela direção da escola:

Figura 2 – Foto aérea da Escola Estadual Tekator



Fonte: Pesquisa de campo (2019)

Figura 3 – Estudantes da Escola Estadual Tekator



Fonte: Pesquisa de campo (2019)

Na Constituição Federal do Brasil de 1988 o conceito de cultura vincula-se à formação ideológica, à noção de patrimônio, bem como à formação do povo brasileiro. Nesta perspectiva, a análise das

figuras 2 e 3, remetem a importância da escola para o patrimônio cultural dos indígenas. Assim, de acordo com Luciano (2006), a educação praticada pelos indígenas possibilita, tanto a reprodução da sua cultura, quanto o poder de encarar as novas circunstâncias, o que lhes oportuniza liberdade para assumir sua identidade. Do mesmo modo, sua ação pedagógica integra o território, a língua, a economia e o parentesco sob esse ideal de liberdade.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise da Escola Estadual Tekator demonstra que o espaço encontra-se nos moldes compatíveis às escolas da rede estadual urbana do Tocantins, necessitando de alguns aportes orçamentários, até porque em educação nunca ocorre gastos e sim investimentos e melhorias. Note-se que no ano de 1991, Ministério da Educação (MEC) passou a coordenar a educação escolar indígena e oferecer assistência técnico-financeira aos sistemas de ensino para oferta de programas de formação de professores indígenas e de publicação de materiais didáticos próprios, com o objetivo da melhoria das condições de ensino nas terras indígenas, bem como de suas estruturas físicas, conforme cita Abrantes et al. (2010).

No aspecto de se falar em arte e cultura indígena, para que se compreenda a relação entre a legislação, no que tange à inserção da temática indígena e a proposta de valorização da diversidade, é necessário evidenciar o que é cultura, bem como a sua diversidade. E assim, discute-se aqui à luz do que diz a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2001), em que a defesa da diversidade cultural é um imperativo ético, inseparável do respeito à dignidade humana, e por isso esse projeto terá foco na identidade e no respeito ao povo Apinayé, foco da extensão.

Ainda para UNESCO (2001), a diversidade cultural implica o compromisso de respeitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais, em particular os direitos das pessoas que pertencem a minorias e os dos povos autóctones. Ninguém pode invocar a diversidade cultural para violar os direitos humanos garantidos pelo direito internacional, nem para limitar seu alcance.

Ao se falar da Escola Estadual Tekator, nota-se que é possível a construção de um currículo escolar específico que privilegie a interculturalidade para a efetivação da cidadania, sendo um instrumento de respeito e integração das diferenças étnicas, tão debatidas na atualidade. Porém, o reconhecimento e o respeito à cultura indígena pelos estados nacionais deve ter como subsídio tanto os aspectos legais quanto os aspectos pedagógicos.

Nesta mesma perspectiva, o reconhecimento da pluralidade cultural existente entre os povos, corresponde à valorização da diferença de ideias, conhecimentos, espiritualidade, costumes, etnias e aceitação de que uma sociedade deve conviver com a diversidade, que inclusive se espelha no papel da escola, pois é necessário que o estudante não-indígena também tenha conhecimento da arte e da cultura do povo indígena.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que a língua Apinayé é um dos maiores símbolos da identidade deste povo. Pelo mesmo olhar, o povo Apinayé promove a sua manutenção como símbolo de resistência às imposições da sociedade circundante e de liberdade de expressão, exercício de cidadania, bem como fortalecimento da tradição, da mesma forma, que sua arte representa muito para o seu próprio povo e para os não-indígenas.

Promoveu-se o arremate de que a sociedade não é homogênea, que a cultura é um processo dinâmico e que as identidades individuais e coletivas devem ser compreendidas em suas múltiplas manifestações, configurando-se assim a diversidade cultural e artística, foco desse projeto de extensão.

Observou-se que a Escola Estadual Tekator, por sua vez, funciona como parte integrante da sociedade, compreendida entre a diversidade individual e coletiva, em uma dinâmica fundamentada na

pluralidade, entre o próprio povo e seus docentes indígenas e não-indígenas.

Os resultados parciais deste projeto de extensão encaminham para a conclusão de que a manutenção da arte e cultura indígena é útil, ao mesmo tempo, para o próprio povo, pela sua preservação enquanto comunidade, e para os não-indígenas que passam a conhecer a arte, a cultura e as peculiaridades do povo apinayé.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, T. et al. **Currículo indígena: um direito conquistado**. In: IV Seminário de Pedagogia, Cornélio Procópio. 2010.

ALBUQUERQUE, F.E. **Português Instrumental**. Fortaleza/CE. Printcolor, 2008.

ALBUQUERQUE, F.E. **Revista de Estudos e Pesquisas**. FUNAI, Brasília, v.4, n.2, p.199-219, dez. 2017.

DA MATTA, R. **Um mundo dividido: a estrutura social dos índios Apinayé**. Petrópolis: Vozes, 1976.

DSEI/TO (2016). **Distrito Sanitário Especial Indígena do Estado do Tocantins do ano de 2016**. Atenção à Saúde dos Povos Indígenas - Caracterização e Estágio da Implantação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas. Disponível em: <http://www.bvsde.paho.org/bvsapi>, acesso em 26jun2019 (2016).

FERREIRA, A. P. M. **A manutenção da identidade cultural do indígena brasileiro em face da globalização**. Revista Eletrônica Machado Sobrinho, v. 4, p. 1-7, 2014.

HALL, S. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LUCIANO, G.dos S. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MACIEL, A. da S. **O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: um balanço do período 1988-2008**. 2010 (Tese) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba – SP, 2016.

NIMUENDAJU, C. **Os Apinayé**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1983.

NUNES, A.L.P.F; SILVA, M.B.da C. **A extensão universitária no ensino superior**. Revista Mal-Estar e Sociedade. ano IV, n. 7, Barbacena, 2011.

ORTIZ PREUSS, E. ; ALVARES, M. R. **Bilinguismo e políticas linguísticas no Brasil: da ilusão monolíngue à realidade plurilíngue**. Acta Scientiarum. Language and Culture (Online), v. 36, p. 403-414, 2014.

PAIVA, M.V.S. **Cultura indígena e identidade nacional**. Revista Temas em Educação e Saúde, Araraquara, v.12, n.2, p. 230-245. ISSN: 1517- 7947, jul-dez/2016.

UNESCO. **Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural**. Paris, 02 de novembro de 2001.